

### Buspay S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.379/0001-12 – NIRE 35.300.522.664

#### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no Dia 04 de novembro de 2025

**Data, Hora e Local:** Em quatro de novembro de 2025, às 10 horas, na sede social da **Buspay S.A.**, localizada na Avenida do Café, nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402 (Parte), Vila Guarani, CEP 04311-900, nesta Capital do Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, conforme faculta o § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e consoante assinaturas no respectivo Livro de Presença de Acionistas. **Livro de Presença:** Instalou-se a presente Assembleia Geral Extraordinária em primeira convocação, reunindo-se os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr., Marco Aurelio Spinardi que convidou a mim, Adriano Barros de Araujo, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia: I – a)** Deliberar sobre a alteração do texto do artigo 2º do Estatuto Social da companhia, para incluir novo objetivo social; e, **b)** deliberar e homologar sobre a consolidação do Estatuto Social; e **II –** Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. O Secretário atendendo à solicitação da Presidência procedeu à leitura da Ordem do Dia aos acionistas presentes. **Deliberações por Unanimidade de Votos:** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, com a concordância dos acionistas, informou que a Ata da Assembleia seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculdade prevista no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. Após a apreciação e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, resolveram os acionistas, por unanimidade e sem qualquer restrição, aprovar na sua íntegra o seguinte: **I – item (a) da Ordem do Dia-** Os acionistas deliberaram o quanto segue: – Após as discussões relativa à matéria da alteração do objeto social da companhia, os acionistas leram e aprovaram o novo texto do objeto social, com a inclusão da nova atividade de prestação de serviço de estipulante na contratação de apólices de seguros coletivos, passando o artigo 2º do Estatuto Social a vigorar com o seguinte teor: “ **Artigo 2º** – A Companhia tem por objetivo: **a)** mediante adesão a Arranjo de Pagamento, habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; **b)** participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras de arranjo de pagamento; **c)** praticar as demais atividades inerentes às sociedades credenciadoras, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; **d)** prestar outros serviços a terceiros tais como o aluguel de equipamentos de captura de transações, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento ou meios eletrônicos, que exijam o registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza, passíveis de transitar em rede eletrônica; **e)** prestar serviços de desenvolvimento e operação de soluções comerciais na transmissão, processamento e liquidação de transações de pagamento, por meio de dispositivos eletrônicos ou digitais; **f)** prestar serviços de solução para o controle de acesso e de pagamento eletrônico por meio de reconhecimento facial; **g)** prestar serviços de desenvolvimento e de operação de plataforma eletrônica e de integração entre sistemas, visando o ambiente de operação das empresas de transporte coletivo; **h)** prestação de serviços eletrônicos de emissão e venda de bilhetes de passagens para o transporte público por meio de ônibus; **i)** prestação de serviços de GATEWAY e de sistemas intermediários de interligação de redes; **j)** desenvolvimento e operação de plataforma eletrônica para a organização e gestão de serviços de logística no segmento do transporte de cargas; **k)** prestação de serviço de estipulante na contratação de apólices de seguros coletivos; e, **l)** participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no Exterior.” **I – item (b) da Ordem do Dia** – Em face da alteração deliberada no item (a) acima, os acionistas leram e aprovaram, por unanimidade, a consolidação do Estatuto Social objeto do item (b) da Ordem do Dia, para que nele se faça constar a alteração ora deliberada, cujo texto passa a vigorar com segue: “**Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Prazo: Art. 1º** – A **Buspay S.A.**, é sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 2º** – A Companhia tem por objetivo: **a)** mediante adesão a Arranjo de Pagamento, habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento; **b)** participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras de arranjo de pagamento; **c)** praticar as demais atividades inerentes às sociedades credenciadoras, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; **d)** prestar outros serviços a terceiros tais como o aluguel de equipamentos de captura de transações, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento ou meios eletrônicos, que exijam o registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza, passíveis de transitar em rede eletrônica; **e)** prestar serviços de desenvolvimento e operação de soluções comerciais na transmissão, processamento e liquidação de transações de pagamento, por meio de dispositivos eletrônicos ou digitais; **f)** prestar serviços de solução para o controle de acesso e de pagamento eletrônico por meio de reconhecimento facial; **g)** prestar serviços de desenvolvimento e de operação de plataforma eletrônica e de integração entre sistemas, visando o ambiente de operação das empresas de transporte coletivo; **h)** prestação de serviços eletrônicos de emissão e venda de bilhetes de passagens para o transporte público por meio de ônibus; **i)** prestação de serviços de GATEWAY e de sistemas intermediários de interligação de redes; **j)** desenvolvimento e operação de plataforma eletrônica para a organização e gestão de serviços de logística no segmento do transporte de encomendas e cargas; **k)** prestar serviços de estipulante na contratação de seguros coletivos **l)** participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no Exterior. **Art. 3º** – A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida do Café, nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402 (parte), Vila Guarani, CEP 04311-900, podendo por deliberação de sua Diretoria, instalar ou encerrar dependências, escritórios ou representações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Art. 5º** – O capital social da Companhia é de R\$ 268.000,00 (duzentos e sessenta e oito mil reais) dividido em 268.000 (duzentos e sessenta e oito mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e sem a emissão de certificados. **Art. 6º** – Nas deliberações da Assembleia Geral, cada ação ordinária dará direito a um voto. § 1º – A sociedade poderá criar, mediante deliberação da Assembleia Geral, ações preferenciais. § 2º – A sociedade poderá emitir debêntures ou partes beneficiárias. **Capítulo III – Assembleia Geral: Art. 7º** – A Assembleia Geral será instalada e presidida por um dos administradores da companhia, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos; § 1º – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404, de 15.12.1976, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembleia. **Capítulo IV – Diretoria: Art. 8º** – A administração da Companhia competirá a uma Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 6 (seis) Diretores, residentes no País, acionistas ou não, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo e os demais diretores sem designação específica. § 1º. O mandato dos Diretores se estenderá até a posse dos que forem eleitos. § 2º Na ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, exceto o Diretor Presidente, o Diretor Presidente indicará um membro da Diretoria para exercer, cumulativamente, as suas funções originais e as funções do Diretor ausente ou impedido durante o prazo da ausência ou impedimento. § 3º – Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, o Diretor Executivo assumirá temporariamente as funções daquele, cumulando-as com as suas funções. § 4º – Persistindo a ausência ou impedimento por período superior a noventa dias, deverá ser convocada a Assembleia Geral para eleição de administrador substituto, aplicando-se idêntico procedimento no caso de vacância. § 5º – O prazo de gestão da Diretoria é de 3 (três) anos, facultada a reeleição. Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos; § 6º – Compete ao: I) Diretor Presidente: (a) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; (b) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da companhia, bem como a sua apresentação aos acionistas; (c) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (d) indicar Diretor para exercer as funções de Diretor ausente ou impedido, nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º; e (e) estabelecer, em conjunto com o Diretor Executivo, metas e objetivos para a companhia; II) Diretor Executivo: (a) ter sob sua responsabilidade o suporte e apoio de infra-estrutura necessária a todas as unidades da companhia, objetivando a excelência nos processos com eficiência de custos; (b) administrar e supervisionar as áreas que lhe forem conferidas pelo Diretor Presidente; (c) estabelecer, em conjunto com Diretor Presidente, metas e objetivos para a companhia; e (d) supervisionar a atuação dos Diretores Executivos que estiverem sob sua supervisão direta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; (e) substituir o Diretor Presidente na ausência ou impedimentos temporários deste, e; III) Diretores: administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas pelo Diretor Presidente. § 7º – Será atribuído de um ou mais dos membros da Diretoria, devidamente designados em Ata de Reunião da Diretoria, a função de: (i) representar a companhia, em face de responsabilidades específicas por áreas da companhia; (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas em reunião de Diretoria. § 8º – A remuneração dos administradores será aprovada, por montante global, pela Assembleia Geral e será fixada, individualmente, conforme a política de remuneração aprovada em reunião de Diretoria, política essa que deve ser compatível com a política de gestão de riscos e ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médios e longos prazos adotados pela companhia **Art. 9º** – Os membros da Diretoria têm os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da instituição e a consecução do objeto social, conforme a sua respectiva área de atuação; § 1º – A Companhia será representada, em suas relações externas: a) por dois membros da Diretoria; ou b) por um membro da Diretoria e um Procurador com poderes especiais, constituído na forma do § 2º deste artigo; § 2º – Os mandatários “ad negocia” da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por dois Diretores, em conjunto, com prazo de validade não superior a um ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do ato de mandato; § 3º – Os mandatários “ad iudicia” da Companhia serão constituídos por procuração assinada por dois membros da Diretoria e o mandato não precisará conter prazo de duração, bem como poderá autorizar a prática de atos isolados; § 4º – Nas Assembleias gerais de sociedades de que participe, a Companhia será representada por um Diretor; § 5º – Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósito da Companhia, esta poderá ser representada por dois procuradores com poderes especiais, observado quanto à nomeação desses procuradores o disposto nos parágrafos anteriores; § 6º – O endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia ou de títulos de crédito para cobrança simples em instituição bancária poderá ser feito por um membro da Diretoria ou um procurador nomeado com observância do disposto no § 2º deste artigo; § 7º – A Companhia poderá ser representada por um membro da Diretoria ou um procurador com poderes especiais, perante órgãos da administração pública direta e indireta, tais como sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, (a) em atos que não importem na criação de obrigação para a Companhia, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas e (c) na preservação de seus direitos em processos administrativos; § 8º – A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor designado pela Diretoria, o qual, inclusive, será o responsável pela designação dos prepostos, para fins de representação da Companhia perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos; § 9º – Deverão ser assinados por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo obrigatória a prévia autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, os documentos que se referirem a alienação ou oneração de bens pertencentes ao ativo permanente da sociedade, quando o valor desses bens ultrapassar o montante de R\$ 5.000.000,00(milhões de reais), atualizado anualmente pela variação do IGP-M e em atos que impliquem na participação da companhia em outras sociedades, ou mesmo em parcerias ou consórcios. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Art. 10º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições da lei, composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes; Parágrafo Único – O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente e será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro: Art. 11º** – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício; Parágrafo único – O lucro do exercício terá as seguintes destinações: a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento de dividendo obrigatório; c) o saldo restante o destino que lhe for atribuído por deliberação da Assembleia. **Art. 12º** – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202, da Lei 6.404, de 15.12.1976, com as alterações da Lei nº 10.303, de 31.10.2001, salvo se houver deliberação em contrário pela Assembleia Geral Ordinária ou haja a incompatibilidade da situação financeira da Companhia com tal distribuição; § 1º – Também por deliberação da Assembleia Geral, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; § 2º – Os pagamentos referidos no Parágrafo anterior serão compensados com o dividendo obrigatório do exercício, e a Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, depois de compensados os pagamentos antecipados; **Art. 13º** – Mediante decisão da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, que poderão ser compensados com os dividendos mínimos. **Art. 14º** – A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços intercalares. **Capítulo VII – Transformação: Art. 15º** – A Companhia, poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no artigo 220 da Lei nº 6404/76, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social; **Capítulo VIII – Liquidação: Art. 16º** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, à qual caberá nomear o liquidante e seu respectivo substituto, eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, e fixar as respectivas remunerações. **Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias – Art. 17º** – Por deliberação aprovada em Assembleia Geral poderão ser criados órgãos técnicos ou consultivos, com funções técnicas ou destinadas a aconselhar os administradores, na forma de comitês especiais, de funcionamento permanente ou não. **Art. 18º** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.” **II** – Atendendo ao disposto ao último item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do aludido assunto da ordem do dia, e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta Ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Esta Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 04 de novembro de 2025. **Presidente:** Marco Aurelio Spinardi; **Secretário:** Adriano Barros de Araujo. **Acionistas presentes, representando a totalidade do capital social:** José Garcia Netto – CPF nº 097.330.158-90; Caruana S.A. Participações e Empreendimentos – CNPJ/MF 07.882.656/0001- 24. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 009.445/26.2 em 22/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

### Busrental S.A.

CNPJ/MF nº 47.388.693/0001-03 – NIRE 35.300.597.699

#### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de dezembro de 2025

**Data, Hora e Local:** Aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2025, às 10.00 horas, na sede social da **Busrental S.A.** localizada na Avenida do Café nº 277, Torre A, 4º andar, Cj. 402 (parte), Vila Guarani, CEP 04311-900, nesta Capital do Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, conforme faculta o § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e consoante assinaturas abaixo e no respectivo Livro de Presença de Acionistas. **Livro de Presença:** Instalou-se a presente Assembleia Geral Extraordinária em primeira convocação, reunindo-se os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sr Marco Aurelio Spinardi, Diretor, que convidou a mim, Adriano Barros de Araujo, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia: a)** Deliberar sobre o pagamento de dividendos tendo por base a reserva de lucros acumulados, originada de exercícios anteriores, e também a referente ao valor apurado e contabilizado na referida reserva de lucros neste exercício de 2025, a ser homologada na AGO de 2026, valores esses que poderão vir a ser considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório relativos aos exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028, nos termos dos estatutos sociais e legislação pertinente, em especial a Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025. **b)** Demais assuntos de interesse da Companhia. A Srta. Secretária, atendendo à solicitação da Presidência, procedeu a leitura da Ordem do Dia aos acionistas presentes. **Deliberações por Unanimidade de Votos: 1.** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, com a concordância dos acionistas, informou que a Ata da Assembleia seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculdade prevista no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, bem como que a Assembleia atendeu a todas as formalidades legais. Após a apreciação e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, resolveram os acionistas, por unanimidade e sem qualquer restrição, aprovar e homologar na sua íntegra o seguinte: **a)** fica deliberada a distribuição de dividendos aos acionistas, na proporção das ações detidas por acionista na época da distribuição, tendo por base o saldo da conta de reserva de lucros advindos do Balanço que se encerrou no exercício de 2024, saldo esse proveniente de lucros acumulados de exercícios anteriores e constante do último fechamento que ocorreu em 31/12/2024, apontando a existência de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 5.527.140,44 (cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil e cento quarenta reais e quarenta e quatro centavos). Fica ainda deliberada e aprovada a distribuição de dividendos tendo por base o saldo de lucros e referente ao fechamento do exercício de 2025, apurado até 30/1/2025 no valor de R\$ 2.212.485,17 (dois milhões, duzentos e doze mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e dezessete centavos), aguardando-se, neste último caso, a posterior homologação pela Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026 para fins de deliberação do lucro apurado e sua destinação. As distribuições dos dividendos, a ocorrer nos exercícios de 2026, 2027 e 2028, devem ser realizadas em montantes que obedecam a liquidez do caixa da companhia, bem como o valor total de R\$ 2.580.541,87 (dois milhões, quinhentos e oitenta mil e quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos) em cada ano de 2026, 2027 e 2028, podendo haver a incorporação dos valores objeto dos dividendos ao capital social da companhia, conforme autoriza a legislação societária e a Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025. **b)** O Sr. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do último assunto da ordem do dia (item “b”), e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Publicação da Ata:** Autorizada a lavratura e publicação da Ata na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Esta Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de dezembro de 2025. **Presidente:** Marco Aurelio Spinardi; **Secretário:** Adriano Barros de Araujo. **Acionistas Presentes:** Caruana S.A. Participações e Empreendimentos – CNPJ nº 07.882.656/0001-24; Jose Garcia Netto – CPF/MF nº 097.330.158-90. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 010.112/26-1 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

### Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S.A.

CNPJ nº 11.660.106/0001-38 – NIRE 35.300.486.901

#### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de maio de 2025

**I. Data, hora e local:** No dia 26 de maio de 2025, às 10:00h, na sede da **Verisure Brasil Monitoramento de Alarmes S.A.** (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.440, conjunto 161 a 164, no 16º andar do Subcondomínio Torre Corporativa B3 – Jatobá, Condomínio Parque da Cidade, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei Federal nº 6.404/76, em razão da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **III. Mesa Dirigente:** Presidente: Joaquin Aznar de Pedro; e, **Secretária:** Rafaela Djalma Gonçalves Scrivano. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) Re-Ratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2025, que teve por objeto: (a) Alteração do Período do Mandato dos Membros da Diretoria, previsto no Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia; (b) Eleição de membro da Diretoria Sem Designação Específica, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social da Companhia; (c) Outros Assuntos de Interesse da Companhia; e, (d) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; considerando que, por um equívoco, o valor do capital social da Companhia mencionado no Artigo 6º do Estatuto Social, constou com o valor incorreto de R\$ 1.022.636.662,58 (um bilhão, vinte e dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), sendo que, o valor correto é R\$ 1.063.866.028,46 (um bilhão, sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, vinte e oito reais e quarenta e seis centavos). **V. Deliberações:** Após análise e exame da matéria constante da ordem do dia, a única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia decidiu, sem quaisquer ressalvas ou reservas, pela aprovação por unanimidade da re-ratificação do valor do capital social mencionado no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, sendo o valor correto R\$1.063.866.028,46 (um bilhão, sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, vinte e oito reais e quarenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.063.866.028 (um bilhão, sessenta e três milhões, oitocentas e sessenta e seis mil e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **VI. Encerramento e lavratura da Ata:** Nada mais havendo tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pela única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia e assinada pelos presentes. São Paulo, 26 de maio de 2025. Presidente: Joaquin Aznar de Pedro; **Secretário:** Rafaela Djalma Gonçalves Scrivano. **Acionista Presente:** ESMI SD Iberia Holding SLU (p.p. Joaquin Aznar de Pedro). **Joaquin Aznar de Pedro**, Presidente; **Rafaela Djalma Gonçalves Scrivano**, Secretária. **Acionista Presente:** ESMI SD Iberia Holding SLU, Joaquin Aznar de Pedro, Procurador. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata que se encontra lavrada em livro próprio e poderá ser assinada eletronicamente nos termos do disposto no MP nº 2.200-2/2001/01, em especial o § 2º do artigo 10, Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) e Medida Provisória nº 983/2020, JUCESP nº 384.831/25-4 em 29/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.*

### Rocky Valley Securitizadora S.A.

CNPJ nº 63.822.022/0001-57 – NIRE 35300681479

#### Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Realizada em 23 de Janeiro de 2026

**Data, Hora e Local:** Em 23 de janeiro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Rocky Valley Securitizadora S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Martin Francisco 296 – 1º andar Sala 11, Bairro Santa Cecilia, CEP 01226-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia dos acionistas tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos (“**Lei 6.404/76**”), o que foi constatado pelas respectivas assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** (i) Presidente – Mario Hilsenrath Filho; (ii) Secretário – Denis Shuiti Ueda. **Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (I) a autorização para que a Companhia realize a emissão de 3.000 (três mil) debêntures simples, com garantia real, emitidas em 02 (duas) séries, não conversíveis em participação acionária da Companhia, destinadas para colocação privada, no valor total de emissão de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), a serem emitidas pela Companhia nos termos do *Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Participação Acionária, Com Garantia Real, Emitidas em 02 (Duas) Séries, Destinadas Para Colocação Privada, da Rocky Valley Securitizadora S.A.* (“**Emissão**”, “**Debêntures**” e “**Escritura de Emissão**”, respectivamente); (II) a autorização para que os representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos necessários tanto para a consecução da Emissão bem como para a celebração e o registro da Escritura de Emissão das Debêntures, o que inclui a celebração e o registro do “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Companhia e os titulares das Debêntures (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”); (III) a autorização para que os representantes legais da Companhia possam assinar quaisquer documentos relacionados à Emissão, às Debêntures, à Escritura de Emissão das Debêntures e ao Contrato de Cessão Fiduciária; (IV) a ratificação de todos os atos eventualmente já praticados pelos representantes legais da Companhia para a consecução da Emissão e a celebração e o registro da Escritura de Emissão das Debêntures e do Contrato de Cessão Fiduciária; e (V) a autorização para que os representantes legais da Companhia possam celebrar quaisquer atos, aditamentos, renovações e/ou alterações que digam respeito a qualquer documento ou ato relacionado à Emissão, às Debêntures, à Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Cessão Fiduciária. **Deliberações:** Após análise da documentação pertinente e discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia presentes à assembleia, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva, decidiram: (I) autorizar a Companhia a realizar a Emissão das Debêntures, nos termos que vierem a ser detalhados na Escritura de Emissão; (II) autorizar os representantes legais da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários tanto para a consecução da Emissão bem como para a celebração e o registro da Escritura de Emissão das Debêntures, o que inclui a celebração e o registro do Contrato de Cessão Fiduciária; (III) autorizar os representantes legais da Companhia a assinar quaisquer documentos relacionados à Emissão, às Debêntures, à Escritura de Emissão das Debêntures e ao Contrato de Cessão Fiduciária; (IV) ratificar todos os atos eventualmente já praticados pelos representantes legais da Companhia para a consecução da Emissão e a celebração e o registro da Escritura de Emissão das Debêntures e do Contrato de Cessão Fiduciária; e (V) autorizar os representantes legais da Companhia a celebrar quaisquer atos, aditamentos, renovações e/ou alterações que digam respeito a qualquer documento ou ato relacionado à Emissão, às Debêntures, à Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Cessão Fiduciária. **Lavratura Da Ata E Encerramento:** Esgotados os assuntos o Sr. Presidente franqueou a palavra e, como ninguém quisesse fazer uso, declarou encerrada esta Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido a ata lavrada em forma de sumário na forma do Artigo 130 da Lei 6.404/76, ata essa assinada pelo Sr. Presidente, por mim, Secretário e por todos os demais acionistas presentes. São Paulo/SP, 23 de janeiro de 2026. **Mesa Dirigente:** Mario Hilsenrath Filho (**Presidente**); Denis Shuiti Ueda (**Secretário**). **Actomistas:** Mario Hilsenrath Filho E Denis Shuiti Ueda.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

